

Carta ao Sindicato dos Trabalhadores – Pedido de Assistência Jurídica

Lisboa, 21 de fevereiro de 2026

À

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Serviços – Secção Nacional

A/C: Dr.^a Marta Fernandes – Presidente

Rua da Liberdade, n.º 45

1.º andar – 1150-071 Lisboa

Assunto: Pedido de apoio institucional e assistência jurídica ao trabalhador José Manuel da Silva, NIF 123 456 789, no âmbito do Processo n.º 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo.

1. Identificação das partes

Parte	Nome	NIF	Morada
Reclamante	José Manuel da Silva	123 456 789	Av. da República, n.º 210, 3.º Dt.º, 1050-162 Lisboa
Requerido	Empresa XYZ, Lda.	987 654 321	Rua da Indústria, n.º 12, 4100-123 Porto
Mandatários	Dr. António Ribeiro	—	Rua de São Bento, n.º 78,
	(OA 12345) – Advogado		2.º Esq., 1200-001 Lisboa
	Dra. Sofia Carvalho	—	Avenida da Boavista, n.º 33,
	(OA 67890) – Advogada		4.º Andar, 4100-127 Porto

2. Breve exposição dos factos

1. O Sr. José Manuel da Silva tem **doze (12) anos de antiguidade** na Empresa XYZ, Lda., exercendo a função de **Analista Sénior de Sistemas de Informação**.
2. Em **15 de novembro de 2025**, o trabalhador foi notificado, por via eletrónica, da sua **rescisão de contrato por justa causa**, sob a alegação de **uso indevido do email corporativo** e violação do dever de lealdade.
3. O trabalhador alega que as mensagens enviadas através do email corporativo eram **exclusivamente de carácter pessoal** (contactos familiares e agendamento de consultas médicas) e que **não constituem violação grave** dos deveres contratuais.
4. O reclamante sustenta ainda que **não foi observado o procedimento legal de comunicação prévia** (ausência de carta de advertência ou oportunidade de defesa), violando o disposto no **artigo 351.º do Código do Trabalho**.
5. O caso segue em julgamento no **Tribunal de Trabalho de Lisboa**, sob a presidência da **Juíza Dr.^a Maria de Lurdes Santos**, com a designação de audiência preliminar para **5 de março de 2026**.

3. Teses de defesa que se pretendem sustentar

Tese	Fundamentação
I – Ilegitimidade da justa causa	Ausência de prova concreta de que o conteúdo das mensagens tenha causado prejuízo à empresa; a jurisprudência do Tribunal Supremo (Acórdão 2022/12.3T8LSB) exige demonstração de grave violação do dever de lealdade.
II – Desproporcionalidade da sanção	O despedimento por justa causa implica perda de todos os direitos patrimoniais (indenização, férias, subsídio de Natal). Para uma infração de carácter meramente pessoal, a medida deve ser suspensão disciplinar ou advertência escrita , nos termos do artigo 352.º do CTT.
III – Incumprimento dos requisitos formais	Falta de comunicação escrita prévia, inexistência de oportunidade de defesa, violação do princípio do contraditório (artigos 20.º e 21.º da Constituição da República) e do artigo 351.º do CTT.

4. Pedido ao Sindicato

Face ao exposto, **solicitamos ao Sindicato dos Trabalhadores** que:

1. **Forneça apoio institucional** ao Sr. José Manuel da Silva, nomeando um advogado interno ou facilitando a colaboração de um advogado especializado em direito do trabalho.
2. **Interceda junto da empresa** para a abertura de um procedimento de negociação coletiva, com vista à revisão da decisão de despedimento e à obtenção de uma compensação justa.
3. **Acompanhe o processo judicial**, disponibilizando relatórios periódicos ao trabalhador e assegurando a observância dos prazos processuais.
4. **Divulgue, se assim entender pertinente**, a situação junto da assembleia geral dos membros, a fim de sensibilizar para a necessidade de reforçar a proteção dos direitos dos trabalhadores em casos de disciplina interna.

5. Documentação anexa

1. Cópia da **carta de despedimento** (15/11/2025).
2. **Extrato de email** (anexo A) contendo as mensagens alegadas como indevidas.
3. **Despacho de abertura** do processo n.º 1234/2026, datado de 02 de dezembro de 2025.
4. **Currículo** do Sr. José Manuel da Silva, comprovativo da antiguidade e da função exercida.

6. Contactos

Nome	Função	Telefone	E-mail
José Manuel da Silva	Trabalhador reclamante	913 456 789	jose.silva@email.com
Dr. António Ribeiro	Advogado (OA 12345)	213 987 654	antonio.ribeiro@advocacia.pt
Dra. Sofia Carvalho	Advogada (OA 67890)	226 543 210	sofia.carvalho@advocacia.pt

Agradecemos, antecipadamente, a atenção dispensada e aguardamos resposta, preferencialmente até ao **5 de março de 2026**, data da audiência preliminar, para podermos coordenar a estratégia de defesa.

Com os melhores cumprimentos,

José Manuel da Silva

(Trabalhador reclamante)

Dr. António Ribeiro

Advogado – Ordem dos Advogados n.º 12345

Dra. Sofia Carvalho

Advogada – Ordem dos Advogados n.º 67890